

Artigo Livre

Os governos de Dilma Rousseff e o golpe de 2016

Robson Machado, *IFSULDEMINAS – Campus Três Corações* ✉  

Palavras-chave:

Nova República;
crise;
neoliberalismo

Resumo. Objetiva-se discutir os aspectos políticos e econômicos dos governos de Dilma Rousseff (2011 a 2016) e os fatores que propiciaram o golpe de Estado que causou a sua deposição da presidência da República. Para isso, utilizam-se fontes primárias e tomam-se como referência os trabalhos de intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, interpretando-os em conformidade com o postulado da filosofia da práxis. No primeiro momento, analisa-se a eleição de Dilma, bem como as características do eleitorado brasileiro. No segundo momento, explora-se a política econômica do primeiro governo de Dilma e observam-se as mudanças ocorridas em relação aos governos de Lula. No terceiro momento, chama-se a atenção para a crise do capitalismo e as suas expressões na realidade nacional. Explicita-se, ainda, o abandono da “Nova Matriz Econômica”. Por fim, analisam-se o aprofundamento da crise e o golpe jurídico, midiático e parlamentar que pôs fim ao social-liberalismo conduzido pelo PT.

Keywords:

New Republic;
crisis;
neoliberalism

[EN] *Dilma Rousseff's governments and the 2016 coup*

Abstract. The aim of this article is to discuss the political and economic aspects of Dilma Rousseff's government (2011 to 2016) and the factors that led to the coup d'état that led to her removal from the Presidency of the Republic. To this end, primary sources are used and the works of intellectuals from different areas of knowledge are taken as reference, interpreting them in accordance with the postulate of the philosophy of praxis. The first part analyzes Dilma's election, as well as the characteristics of the Brazilian electorate. The second part explores the economic policy of Dilma's first government and observes the changes that occurred in relation to Lula's governments. The third part draws attention to the crisis of capitalism and its expressions in the national reality. The abandonment of the "New Economic Matrix" is also made explicit. Finally, the deepening of the crisis and the legal, media and parliamentary coup that put an end to the social liberalism led by the PT are analyzed.

Palabras clave

Nueva
República;
crisis;
neoliberalismo

[ES] *Los gobiernos de Dilma Rousseff y el golpe de 2016*

Resumen. El objetivo es discutir los aspectos políticos y económicos de los gobiernos de Dilma Rousseff (2011 a 2016) y los factores que llevaron al golpe de Estado que condujo a su destitución de la Presidencia de la República. Para ello se utilizan fuentes primarias y se toman como referencia las obras de intelectuales de diferentes áreas del conocimiento, interpretándolas de acuerdo con el postulado de la filosofía de la praxis. En primer lugar, se analiza la elección de Dilma, así como las características del electorado brasileño. En el segundo momento, se explora la política económica del primer gobierno de Dilma y se observan los cambios ocurridos en relación a los gobiernos de Lula. En el tercer momento se llama la

atención sobre la crisis del capitalismo y sus expresiones en la realidad nacional. También queda claro el abandono de la “Nueva Matriz Económica”. Finalmente, se analiza la profundización de la crisis y el golpe legal, mediático y parlamentario que acabó con el liberalismo social liderado por el PT.

Introdução

Por ocasião dos dez anos do golpe jurídico, midiático, parlamentar e empresarial que retirou Dilma Rousseff da presidência da República, propõe-se a análise dos aspectos políticos e econômicos que caracterizaram o período – janeiro de 2011 a agosto de 2016 – no qual a economista esteve à frente do Executivo Federal.

Considera-se que Dilma, representante do lulismo, postou-se como legítima herdeira política de Lula, dando seguimento ao projeto que os intelectuais do Partido dos Trabalhadores têm chamado de “novo desenvolvimentismo” (Singer, 2015).

Tal projeto, longe de ser a afirmação de uma “era pós-neoliberal” (Sader, 2011, 2012, 2013), como afirmaram os seus apoiadores mais entusiasmados, consistia em conciliar as exigências do neoliberalismo prevalecente, isto é, o monetarista, com aspectos importantes do velho desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960. Em linhas gerais, implicava o compromisso com a estabilidade monetária, com o capital internacional e com a austeridade fiscal sem que fossem preteridos os programas sociais e o crescimento econômico. Essa conduta caracterizou os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente o período entre 2004 e 2010, quando o efeito da alta valorização das *commodities* fez a economia “deslancar”.

Naquele contexto, o lulismo aumentou a transferência de recursos para as classes dominantes mediante empréstimos, contratos de serviços e pagamentos da dívida pública, enquanto, simultaneamente, promoveu investimentos na assistência social, organizando onze programas sociais – Água para Todos, Bolsa Família, Bolsa Atleta, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Programa Brasil Alfabetizado, Bolsa Estiagem, Minha Casa Minha Vida, Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Brasil Sorridente, Tarifa Social de Energia e Programa Universidade para Todos.

Dilma, como prosseguidora do lulismo, assumiu a difícil tarefa de assegurar o projeto de assistência aos mais pobres e a transferência de renda à alta burguesia sem que pudesse dispor de condições favoráveis do ponto de vista econômico. A aparente resiliência do Brasil frente à crise econômica mundial que eclodiu em 2008 não pôde mais ser sustentada, obrigando o governo a realizar mudanças que não atenderam à classe dominante brasileira e internacional. Com efeito, a insatisfação das burguesias com o social-liberalismo do Partido dos Trabalhadores impulsionou uma conjuntura golpista que retirou o lulismo do Executivo nacional.

A seguir, discutem-se os aspectos políticos e econômicos dos dois governos de Dilma Rousseff, ou seja, o seu primeiro mandato, de 2011 a 2014, e o segundo,

interrompido em agosto de 2016. O objetivo central é analisar a política econômica do lulismo naquele contexto e a sua relação com o cenário político determinado pela crise internacional. Com efeito, explicitam-se as circunstâncias do golpe, as forças que o projetaram e a sua consolidação em prejuízo da população desvalida. Para tanto, tomam-se como referência estudos de intelectuais de distintas áreas do conhecimento e de diferentes perspectivas ideológicas, analisando-os à luz do materialismo histórico-dialético. Em outras palavras, faz-se uma leitura desse infausto período da história brasileira desde a concepção democrático-popular. Ademais, neste artigo, examina-se um conjunto de fontes primárias imprescindíveis à compreensão do problema, tais como: notas, pronunciamentos, cartas e documentos oficiais.

A fim de cumprir o propósito anunciado, divide-se o texto em quatro momentos. Primeiro, analisa-se a eleição de Dilma, bem como as características do eleitorado brasileiro. No segundo, explora-se a política econômica do primeiro governo de Dilma, observando as mudanças ocorridas em relação aos governos de Lula. No terceiro momento, chama-se a atenção para a crise do capitalismo e suas expressões na realidade nacional, explicitando o abandono da assim chamada “Nova Matriz Econômica”. Por fim, examinam-se o aprofundamento da crise e o golpe jurídico, midiático e parlamentar que pôs fim ao social-liberalismo conduzido pelo Partido dos Trabalhadores.

O lulismo e a sucessão presidencial

Após oito anos de governo, o lulismo, fenômeno caracterizado pela política social focalizada e assistencial, garantiu a sua continuidade com a eleição de Dilma Vana Rousseff, em outubro de 2010, assegurando, simultânea e contraditoriamente, a reprodução do neoliberalismo sob a ideologia “neodesenvolvimentista”.

Lula, então consolidado como liderança “messiânica”, tanto no Brasil quanto fora dele, ao término do seu segundo mandato, dispunha de 80% de aprovação nas pesquisas de opinião pública e de amplo apoio das frações da classe burguesa que, dada a manutenção de seus privilégios, sentiam-se plenamente representadas pelo bloco no poder então vigente (Antunes, 2015; Carcanholo, 2010). Com o suporte da burguesia e avalizada pelo melhor cabo eleitoral do país, Dilma venceu o seu opositor, José Serra (PSDB), ao obter 56,05% dos votos válidos no segundo turno das eleições, fato que representou vantagem considerável da ex-ministra sobre o principal partido adversário.

Vale lembrar que o enfrentamento entre os três presidenciáveis com maior visibilidade, a saber, Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (Partido Verde [PV]), denunciou o isolamento político da perspectiva anticapitalista, cujos representantes, juntos, não atingiram 1% dos votos no primeiro turno das eleições

(Maciel, 2013)¹. O enfraquecimento do campo democrático-popular guarda forte relação com a adesão do Partido dos Trabalhadores ao neoliberalismo, pois, ao corroborar a hegemonia burguesa durante os oito anos de governo Lula, o partido concorreu para que o debate eleitoral fosse, mais uma vez, determinado pelos interesses do capital (Maciel, 2013).

Destarte, quando se afirma ter sido o PSDB o principal partido de objeção, refere-se às suas possibilidades de êxito naquela disputa eleitoral, e não às divergências político-econômicas que, eventualmente, tenha tido com o Partido dos Trabalhadores. Considera-se constrangedor, inclusive, que, diante do esplendor do lulismo, José Serra se apresentasse como o melhor candidato para lhe garantir prosseguimento. Efetivamente, o PSDB argumentava que as políticas econômicas e sociais de Lula eram uma continuidade do legado de Fernando Henrique Cardoso, sendo mais adequado, portanto, que um tucano assumisse a Presidência da República (Carcanholo, 2010).

Por certo, existiam diferenças substantivas entre o neoliberalismo extremado, defendido pelo PSDB, e o social-liberalismo, praticado pelo PT. Naquela ocasião, o partido de José Serra representava a defesa da privatização do setor produtivo estatal, a transferência do controle de setores econômicos essenciais para o mercado e os cortes no orçamento destinado à manutenção dos gastos sociais. Ademais, em um eventual governo do PSDB, provavelmente, seria retomada a política de criminalização e perseguição aos movimentos sociais, bem como a submissão do Brasil aos interesses estadunidenses nas relações exteriores. Por outro lado, como advertem Maciel (2013) e Carcanholo (2010), o “neoliberalismo moderado” do PT, ao ampliar as políticas compensatórias, retomar, minimamente, a capacidade de financiamento do setor produtivo pelo Estado e requerer relativa autonomia no campo diplomático, conferiu apoio militante de parcela das esquerdas a Dilma Rousseff, ainda que ela não se comprometesse com o campo popular em seu projeto de governo. Em tese, prevaleceu a lógica do mal menor, segundo a qual “ruim com Dilma, pior sem ela”.

Para Antunes (2015, p. 12) e Anderson (2020, p. 82), Dilma foi escolhida por Lula para sucedê-lo na presidência da República, pois, não tendo origem no PT – com a redemocratização, Rousseff vinculou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo gaúcho Leonel Brizola, e nele permaneceu até 2000 –, e sendo desconhecida de boa parte dos eleitores, dificilmente conseguiria ofuscá-lo no cenário nacional ou contestar a sua hegemonia dentro do partido. O mesmo não teria sido

¹ Faz-se referência aos candidatos da esquerda socialista que não foram capazes, em razão de questões relativas às próprias organizações partidárias, de compor um programa anticapitalista comum. Naquela ocasião, a proposta socialista dividia-se entre o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), representado por Plínio de Arruda Sampaio; o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), representado por José Maria de Almeida; o Partido da Causa Operária (PCO), representado por Rui Costa Pimenta; e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), representado pelo sindicalista Ivan Pinheiro.

possível com figuras próximas a Lula, mas que, àquela altura, haviam sido eivadas pelo caso do “mensalão”, como os ex-ministros José Dirceu e Antônio Palocci.

Rousseff, diferentemente de Lula, não iniciou a sua militância política no movimento sindical, mas em organizações revolucionárias que aderiram à luta armada no combate à ditadura militar brasileira. Filha de um imigrante comunista que chegou ao Brasil nos anos 1930, Dilma estudou em boas escolas, recebeu aulas particulares de piano e francês e teve contato com a literatura marxista ainda na adolescência. Em 1966, aos dezenove anos de idade, entrou para a clandestinidade revolucionária e passou a realizar ações armadas na capital mineira e em seus arredores. Quatro anos depois, em 1970, Dilma foi detida em São Paulo, onde foi presa e torturada por três anos (Anderson, 2020, p. 83, 84).

Como economista, Rousseff ascendeu a cargos técnicos e políticos de prestígio, assumindo a Secretaria de Minas, Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul durante os governos de Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT). Pelos serviços prestados durante a administração do Partido dos Trabalhadores naquele estado, em janeiro de 2003, foi nomeada ministra de Minas e Energia do governo Lula e, posteriormente, com o vácuo gerado pelo envolvimento de lideranças governistas em escândalos de corrupção, ocupou o cargo de ministra-chefe da Casa Civil (Anderson, 2020).

Envolvida pelo carisma de Lula e amparada por uma reputação ilibada, Dilma herdou, facilmente, a aprovação do ex-sindicalista, obtendo três milhões de votos a mais do que este havia reunido em 2002 e três milhões a menos do que ele conquistara em 2006. Em suma, o eleitorado de Dilma mantinha-se idêntico ao de Lula, sofrendo alterações parciais, mas que permitem confirmar a manutenção do lulismo como fenômeno político e ideológico (Anderson, 2020; Singer, 2015).

Para Singer (2009, 2015), o eleitorado que dá substância à formação do lulismo pôde ser identificado, em maior medida, nas eleições de 2006 – e, como se afirmou, anteriormente, confirma-se em 2010 –, pois é neste pleito presidencial que se pode atestar um realinhamento dos eleitores de Lula. Trata-se do momento em que Lula torna-se um candidato do qual se aproximam as classes pobres e miseráveis e se distanciam os integrantes das classes médias que, até 2002, davam-lhe sustentação. Ainda conforme Singer (2009, p. 83), a explicação para o lulismo estaria “em uma nova configuração ideológica que mistura elementos de esquerda e de direita”, unindo a manutenção da estabilidade à assistência social promovida pelo Estado.

Até as eleições que lhe assegurariam o segundo mandato, os eleitores de Lula não eram majoritariamente dos segmentos sociais de baixíssima renda. Em 1989, por exemplo, havia uma tendência entre os votantes de baixa renda a escolherem Collor no primeiro turno, enquanto as frações da classe média dividiam-se entre Lula, Brizola, Covas e Maluf (Singer, 1990). Tal tendência confirmou-se no segundo turno daquelas eleições, quando Collor obteve grande vantagem (10%) entre o eleitorado

com rendimentos de até dois salários mínimos e Lula reuniu maior porcentagem de votos (+12%) junto às pessoas de rendimentos superiores a dez salários mínimos (Singer, 1990, p. 137).

Em estudo cujo cerne era o posicionamento ideológico do eleitorado brasileiro, Singer (2000) demonstrou que havia maior propensão entre a população de baixa renda a se autoidentificar na cena política com o campo direitista, defendendo, por exemplo, o uso da força para a dispersão das greves – às quais eles, trabalhadores empobrecidos, majoritariamente, eram contrários – e dos movimentos populares. Paradoxalmente, contudo, esse eleitorado de direita, e socialmente vulnerável, requeria a intervenção direta do Estado na economia, a fim de que as demandas populares fossem atendidas². A interpretação do autor sugere que o conservadorismo do eleitor brasileiro estava vinculado às suas representações da instabilidade social, pois, se nas crises, os pobres são os maiores prejudicados, para esse contingente, portanto, passa a ser preferível uma solução que não ameace a ordem estabelecida. Nesse sentido, a imagem de Lula, sindicalista e líder de greves, intimidava a população de baixíssima renda, que, nas eleições de 1989, 1994 e 1998, votou em nome do equilíbrio social e econômico – basta verificar o papel da inflação nas eleições de FHC.

Mesmo em 2002, quando o Partido dos Trabalhadores evidenciou a sua inflexão na Carta ao Povo Brasileiro e apresentou um candidato de direita, vinculado ao setor empresarial, para a vice-presidência da República, os votos em Lula continuaram a se concentrar entre os eleitores dos níveis superiores de escolarização, assalariados registrados e funcionários públicos. Além disso, até esse momento, Lula e o PT centralizavam os seus votos nos estados urbanizados e industrializados do Sul e do Sudeste do país (Singer, 2009, p. 89, 90).

A partir de 2003, a implantação dos programas assistenciais e o aumento no poder de consumo das classes que dispunham de renda de até dois salários mínimos fizeram com que Lula obtivesse apoiadores entre os segmentos subalternizados. Assim, ainda que as denúncias de corrupção relativas ao governo tenham afastado o eleitor de classe média, fazendo com que a reprovação do ex-metalúrgico mais do que dobrasse nesse segmento social entre os anos de 2003 e 2009, Lula foi compensado por um aumento substantivo do eleitorado entre as populações que nunca haviam votado nele, mas que se beneficiavam de programas como o Bolsa Família³.

² A análise de Singer é indispensável para a compreensão do avanço de narrativas e iniciativas fascizantes no Brasil, inclusive com a adesão de frações da classe trabalhadora empobrecida, quando o lulismo entra em crise.

³ Nicolau e Peixoto (2007, p. 21), ao estudarem as bases municipais da votação de Lula em 2006, constataram que o sindicalista obteve percentualmente mais votos nos municípios que receberam mais recursos *per capita* do programa Bolsa Família. Não por acaso, entre os eleitores que votaram em Lula pela primeira vez naquelas eleições, a maioria era formada por mulheres de baixa renda, isto é, beneficiárias desse programa assistencial (Coimbra, 2007, p. 7).

Lula passou a representar as demandas de uma população empobrecida e conservadora, com dificuldades estruturais para se organizar. Possibilitou-se a esse grupo, formado por desempregados, desalentados e trabalhadores sem registro formal e representação sindical, destituídos das condições mínimas de participação ativa na luta de classes, ver em Lula uma liderança que, do alto, defendia os seus interesses mais imediatos, sem que eles tivessem de se mobilizar em entidades classistas.

Destarte, a base de apoio do lulismo – fenômeno que se distingue do “petismo” – migrou para o Norte e Nordeste, áreas de ação dos políticos tradicionais e conservadores, e para as zonas rurais empobrecidas. O PT, ao contrário, manteve o seu eleitorado tipicamente urbano e escolarizado (Singer, 2009, p. 96). Foi, justamente, a base eleitoral do lulismo que garantiu a vitória de Dilma Rousseff em 2010 e que, em seu governo, continuou a aumentar sem que viesse a se constituir como bloco militante organizado⁴.

Política econômica nos governos de Dilma Rousseff: projeto de desenvolvimento e crise do capitalismo

Entre os críticos e analistas dos governos Dilma, sejam eles social-desenvolvimentistas ou adeptos da revolução socialista, há consenso quanto ao aprofundamento da política neoliberal no início do seu primeiro mandato, sobretudo se observadas as ações da política econômica no ano de 2011.

Com o avanço da crise econômica mundial e a consequente desaceleração cíclica no mercado de manufaturados produzidos no país, bem como a desvalorização das *commodities* de alta demanda no comércio exterior, a economia brasileira se achava sob ameaça de instabilidade. O aumento da inflação, ainda que modesto se comparado às experiências precedentes, e a redução no ritmo do crescimento do PIB sinalizavam, aos técnicos do governo, a urgência de uma ação resoluta, nos marcos do capitalismo, para a contenção da crise. À vista disso, garantida a vitória de Dilma em outubro de 2010, Lula elevou os impostos sobre o consumo e iniciou um novo ciclo de aumento das taxas de juros (Bastos, 2017, p. 19). Tais ações foram intensificadas por Rousseff, que, a partir de janeiro de 2011, inaugurou um programa definido por medidas antipopulares que iam desde os cortes orçamentários – que atingiram o funcionalismo público, as despesas previdenciárias, a seguridade social dos trabalhadores etc. – até o fortalecimento das privatizações travestidas, àquela altura, de parcerias “público-privadas” (Maciel, 2013, p. 4).

⁴ A falta de organização dessa fração da classe trabalhadora, inclusive por parte do Partido dos Trabalhadores, e a manutenção de sua vulnerabilidade como grupo pertencente aos substratos de baixíssima renda impediram que o governo Dilma dispusesse de uma base popular capaz de resistir ao golpe de Estado efetuado em 2016.

Conforme Bastos (2017, p. 19), enquanto uma série de medidas limitou a expansão do crédito, principalmente para as pessoas físicas, a taxa de juros Selic aumentou de 8,75% ao ano, em abril de 2010, para 12,5% em julho de 2011⁵. O governo adotou, ainda, uma política fiscal fortemente contracionista, uma vez que, em 2010 e 2011, as receitas cresceram à taxa de 5,4% e 8,1%, respectivamente, e as despesas subiram à taxa de 6,1% em 2010 e **apenas** 1,7% em 2011. Ainda de acordo com o autor, a política de austeridade adotada no primeiro ano do governo Dilma foi responsável por uma queda real de 13,4% no investimento público, diminuindo o gasto com pessoal em 0,7% e o investimento nas empresas estatais em 8,6% (Bastos, 2017, p. 19). Essa conduta avançou para o ano de 2012, quando o governo anunciou um novo corte de gastos a fim de aumentar a meta de superávit primário⁶. Importante destacar que, a despeito do corte nos gastos públicos, foram mantidas as políticas sociais compensatórias, aumentando, inclusive, os valores destinados aos programas Minha Casa Minha Vida e Brasil Sem Miséria (Maciel, 2013). Entre 2011 e 2014, enquanto o investimento público caiu 1,1% ao ano, os subsídios assistenciais cresceram 23,8% (Bastos, 2017), o que, em parte, justifica o alto índice de aprovação de Dilma nos primeiros dois anos de governo⁷.

Naquelas circunstâncias, o controle sobre os gastos públicos e a elevação das taxas de juros, associados à contenção dos salários e ao estreitamento das relações entre o governo e alguns setores da burguesia, satisfaziam o rentismo e conquistavam relativa simpatia da imprensa financeira. Contudo, como era de se esperar, ao aplicar doses cada vez maiores de neoliberalismo para solucionar os problemas causados pelo próprio neoliberalismo, o governo assistiu ao aprofundamento da crise e da dependência da economia brasileira em relação ao capital internacional. Agravava-se, também, o acirramento da reversão neocolonial, patente na queda da produção de manufaturados e na consequente desindustrialização do país (Sampaio Júnior, 2007).

Diante da queda das taxas de crescimento – no último ano do governo Lula, a economia crescera 7,5% e, em 2011, o crescimento foi de apenas 2,72%, caindo para 1% em 2012 (Anderson, 2020, p. 92, 93) – e da sujeição da economia nacional à exportação de *commodities*, cujos valores de mercado despencaram a partir de 2011, o governo decidiu mudar a política econômica.

Cabe salientar que, em 2014, as matérias-primas eram responsáveis por mais da metade do valor das exportações, resultado de uma tendência observada ainda nos governos Lula. De 2002 a 2009, a participação das matérias-primas nas exportações

⁵ De acordo com Cintra (2011, p. 39), entre janeiro e julho de 2011, a taxa de juros subiu de 10,75% para 12,5%. Elevação considerável, se observado o curto espaço de tempo em que ocorreu.

⁶ Em fevereiro de 2012, o corte anunciado foi de 55 bilhões de reais, prejudicando, em maior medida, a saúde e a segurança pública (Cobucci, 2012).

⁷ Em abril de 2012, 64% da população considerava o governo de Dilma Rousseff ótimo ou bom (Singer, 2015, p. 39). No início de 2013, o índice de aprovação da presidente atingiu 75% (Anderson, 2020, p. 92).

subiu de 28% para 41%, enquanto a dos produtos manufaturados decresceu de 55% para 44% (Anderson, 2020, p. 85). Só em 2011, a balança comercial de manufaturados apresentou déficit de 94 bilhões de dólares, recrudescendo a propensão deficitária verificada em anos anteriores – em 2010, o déficit no setor foi de 70 bilhões e, em 2009, de 36 bilhões (Maciel, 2013, p. 5).

O padrão de desenvolvimento econômico do PT, que subordinava o aumento da demanda interna às exportações de produtos primários, começou a ruir – em 2011, o preço do minério de ferro declinou de 180 para 55 dólares a tonelada, a soja, de 40 para 18 dólares a saca, e o petróleo, de 140 para 50 dólares o barril (Anderson, 2020, p. 94) –, e o governo mudou de rumo, criando um novo plano econômico a fim de selar um pacto com os setores produtivistas e, assim, garantir o desenvolvimento continuado. A nova conduta, dirigida por Guido Mantega, à época ministro da Fazenda, foi denominada por este de “Nova Matriz Econômica” (Bastos, 2017, p. 17; Singer, 2015, p. 41).

Em 30 de abril de 2012, por ocasião do pronunciamento oficial do Dia do Trabalhador, a presidente da República revelou, em rede nacional, um dos aspectos nucleares da Nova Matriz Econômica, que, timidamente, vinha sendo colocada em prática desde agosto de 2011. Rousseff, dispondo de boa aceitação popular, atacou com vigor as altas taxas de juros e sinalizou a intervenção do governo no setor financeiro, incomodando os banqueiros que, como era de se esperar, passaram à reação (Singer, 2015). Em suma, a diminuição das taxas de juros tinha como propósito minorar o rentismo com a dívida pública como um meio de acumulação de capital e transferir os investimentos públicos e privados para o setor produtivo, tencionando o avanço da industrialização e a dinamização econômica. No entanto, como assevera Bastos (2017), essa mudança na matriz econômica implicou a contestação do poder estrutural do capital financeiro que, até então, tinha a prerrogativa de determinar as taxas de juros e as taxas de câmbio no país.

A radicalidade do plano, conduzido a partir do Ministério da Fazenda, foi atenuada pelo próprio governo, que, equivocadamente, não realizou uma ampla campanha em defesa de seus argumentos técnicos, abrindo mão de disputar a hegemonia com a mídia financista que controlava a opinião pública brasileira (Bastos, 2017, p. 17). Poucos meses depois, as críticas segundo as quais as escolhas de Dilma eram tecnicamente irresponsáveis e politicamente demagógicas tornaram-se unissonantes nos meios de comunicação de massa e não puderam ser rebatidas pelo governo.

Para Singer (2012, p. 160), intelectual ligado ao Partido dos Trabalhadores, a Nova Matriz Econômica não foi adotada apenas para garantir o projeto de desenvolvimento que vinha sendo ameaçado pela crise do capitalismo, mas era, na concepção governista, uma forma de dar prosseguimento às políticas sociais em curso desde o primeiro mandato de Lula. Segundo as estimativas de Singer (2012, p. 160),

para que o governo aprofundasse as ações de combate à pobreza, seria preciso que o PIB crescesse 5% ao ano, condição improvável diante da recessão. A Nova Matriz Econômica, ao baixar os juros e, com efeito, reduzir o custo fiscal da dívida pública, permitiria ao governo subsidiar e financiar os investimentos privados no setor produtivo, assegurando a empregabilidade e a geração de receitas tributárias. Além disso, ao reduzir os lucros das aplicações financeiras do setor privado com risco mínimo, o governo forçaria o investimento em segmentos estratégicos para a economia nacional, como a indústria, o comércio, a infraestrutura e a assistência social (Bastos, 2017, p. 18).

Cabe observar que a estratégia do governo, embora resultasse no enfrentamento de setores ligados ao capital financeiro, não rompia com a lógica de apropriação neoliberal. Ao notar o esgotamento estrutural do modelo de acumulação financeiro-fictícia – reinante desde a década de 1970 –, o governo buscou alternativas dentro da própria forma neoliberal de reprodução capitalista, a fim de estender o ciclo de desenvolvimento do capitalismo dependente. Em outras palavras, a intensificação da estratégia “neodesenvolvimentista” mudou apenas a forma pela qual o capital se apropriava dos excedentes do trabalho, que deixaria de ser, em maior grau, financeiro-fictícia e passaria a ser produtiva. Daí, a essência da Nova Matriz Econômica ter sido a redução dos custos do capital por meio da transferência de recursos públicos e de renúncia fiscal⁸, atendendo a frações da classe burguesa em suas exigências de recomposição de hegemonia. Não por acaso, o plano econômico em questão envolveu a alteração de três preços essenciais para a burguesia produtiva (Bastos, 2017, p. 18), a saber: a queda da taxa de juros (medida necessária ao financiamento do investimento produtivo), o aumento da taxa de câmbio (medida necessária à competitividade internacional da produção local) e o aumento da taxa de lucro (decorrente da oferta pública de subsídios creditícios, fiscais e trabalhistas).

Singer (2015, p. 55) alerta para o fato de que, em boa medida, as ações relativas à Nova Matriz Econômica foram reivindicadas pelo próprio setor produtivo em maio de 2011, quando, por ocasião de um evento na capital paulista, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a CUT, a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entregaram ao vice-presidente da República, Michel Temer, o documento **Brasil do diálogo, da produção e do emprego** (FIESP; CUT; Força Sindical, 2011). O livreto, de 34 páginas, foi organizado em seis capítulos de traço peticional. Nele, trabalhadores e empresários pactuavam a intenção de pressionar o governo a promover uma política econômica que atendesse à indústria nacional, soterrada pela “crescente reprimarização da pauta de exportação” e pela “substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados”. O documento teve resposta, três meses depois, com o lançamento do

⁸ Para uma descrição detalhada do programa, ver Singer (2015, p. 43-46).

Plano Brasil Maior⁹, cujo objetivo era “sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso”.

Areladas ao plano de reindustrialização, muitas outras medidas foram tomadas em benefício da burguesia produtiva. Segundo Singer (2015, p. 43, 44), os juros foram baixados de 12,5% para 7,25% ao ano entre agosto de 2011 e abril de 2013, a maior queda da taxa básica de juros (Selic) desde 1986. O Banco do Brasil melhorou, substantivamente, as condições de crédito e acirrou a concorrência com os bancos privados, forçando-os à redução dos *spreads*. O BNDES, por sua vez, aumentou a linha de crédito subsidiado ao setor industrial, atingindo 400 bilhões de reais no ano eleitoral de 2014. A essas ações, somou-se a desoneração das folhas de pagamento, que, aplicada a 42 setores da produção em 2014, poupou aos empresários 25 bilhões de reais. Além disso, atendendo às solicitações da Fiesp, o governo não somente adotou postura protecionista para alavancar a produção interna – vide a elevação dos impostos sobre mais de cem produtos importados, em 2012, e o aumento de 30% do IPI sobre veículos importados ou que tivessem menos de 65% de conteúdo local – como também reduziu o preço da energia elétrica em 20% em janeiro de 2013, concorrendo para a diminuição dos custos da produção e para o ganho de competitividade em relação às importações.

A aposta na continuidade do crescimento, ancorada em uma Nova Matriz Econômica, atendia, também, a frações da classe trabalhadora, haja vista que a mudança de diretriz assegurou relativa estabilidade de emprego, crédito e consumo à população. Nota-se que, em outubro de 2012, três meses antes de a presidente anunciar a redução do preço da energia elétrica – algo inédito na história do país e de grande relevância para os trabalhadores empobrecidos –, a taxa de desemprego era de apenas 4,6%, e os salários mantinham-se em alta (Singer, 2015, p. 49). A política social focalizada não apenas permaneceu, como foi ampliada, intensificada e, ainda que o compromisso com o capital não tenha permitido alterar os condicionantes estruturais de pobreza e exploração, o social-liberalismo de Dilma dava-lhe vantagens frente à oposição mais rapineira.

A despeito da empolgação dos governistas e dos setores a eles vinculados, a Nova Matriz Econômica declinou tão rápido quanto se projetou. Os bancos que, aparentemente, haviam recuado, em abril de 2012, por ocasião da excruciante queda de braço com o Ministério da Fazenda, mobilizaram-se em todas as frentes para deslegitimar e atacar o governo, fazendo com que a pressão de seus interesses ecoasse por toda a sociedade. Em dezembro de 2012, o veículo *The Economist*, porta-voz da burguesia financeira, denunciou o intervencionismo estatal no Brasil e exigiu que Mantega fosse afastado de suas funções ministeriais (Singer, 2015, p. 51). Editoriais correlatos, no Brasil e no exterior, seguiram a mesma orientação e promoveram

⁹ Para uma análise apurada, ver Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2011).

ataques diretos ao “autoritarismo” e à “intromissão” da presidente da República em questões relativas ao mercado. Como era de se prever, organismos multilaterais de controle econômico, agências internacionais de risco e bancos estrangeiros, igualmente, fizeram coro à desaprovação do governo, tencionando o controle da opinião pública.

No decurso da guerra ideológica promovida pelos rentistas, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sinalizou, em entrevista concedida em fevereiro de 2013, que o aumento ocasional dos preços em janeiro não era confortável e que a situação deveria ser observada. Foi o suficiente para que os jornais noticiassem um suposto aumento da inflação e defendessem a necessidade de se retomar uma política monetária com altas taxas de juros. Em abril de 2013, ainda que o governo afirmasse que a inflação estava em queda, o Banco Central iniciou um ciclo de alta de juros que permaneceu por dois anos (Bastos, 2017; Singer, 2015). Conforme Singer (2015, p. 50), “[...] ao elevar sistematicamente a Selic, restabeleceu-se a dualidade típica anterior ao ensaio¹⁰, na qual, enquanto a Fazenda buscava meios de fazer a economia deslanchar, o BC apostava na contração, carreando recursos para os rentistas”. Desse momento em diante, o governo fez, cada vez mais, concessões ao rentismo; a Nova Matriz Econômica perdeu força; e a retomada do tripé econômico (câmbio flutuante, superávit primário e altas taxas de juros), há muito conhecido dos brasileiros, tornou-se iminente. Nos meses subsequentes, a administração de Rousseff iniciou um flerte tácito com o receituário ultraliberal, aumentou o corte no investimento público, diminuiu as restrições ao capital especulativo e intensificou as privatizações. Tratava-se de uma retomada, ainda que velada, da mesma política econômica que marcou o início do primeiro mandato.

O esfacelamento da “Nova Matriz Econômica” e a crise de legitimidade

O governo, sitiado pelos rentistas, viu dilatar a sua sangria quando as manifestações de rua, que irromperam em junho de 2013¹¹, instauraram um clima de forte contestação à política institucional e ao Partido dos Trabalhadores. Nessas circunstâncias, a crise no Planalto aprofundou-se e as mobilizações populares, que se estendiam do norte ao sul do país, intensificaram-se. O Brasil passou a enfrentar turbulências políticas, sociais e econômicas que, *mutatis mutandis*, já vinham sendo experienciadas em outros países do mundo capitalista desde o final de 2010, mas que só naquele momento, em função da conjuntura nacional amplamente desfavorável, encontraram gatilho (Antunes; Braga, 2014). Os protestos, iniciados pelo Movimento

¹⁰ Entusiasta da ideologia neodesenvolvimentista, Singer refere-se à Nova Matriz Econômica como “ensaio desenvolvimentista”.

¹¹ Para uma análise apurada dos acontecimentos em questão, sugere-se o conjunto de artigos reunidos no livro *Jornadas de junho: a revolta popular em debate*, organizado pelo professor Sampaio Júnior (2014).

do Passe Livre (MPL), logo ganharam a simpatia de outros segmentos da sociedade, que, comovidos diante da violenta reação das forças policiais¹², viram, na ocasião, a oportunidade para contestar conforme a sua orientação ideológica. Não por acaso, como nos lembra Antunes (2015, p. 14-15), passado o momento inicial, cuja presença de agremiações e partidos de esquerda – Movimento Periferia Viva, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) etc. – era predominante, as mobilizações adquiriram perfil claramente policlassista. No curso de seu desenvolvimento, as marchas passaram a contar, cada vez mais, com setores da classe média conservadora e segmentos que se autoproclamavam apolíticos, mas que tinham forte inclinação direitista e protofascista.

A mídia que, a princípio, condenou as ações dos manifestantes, passou a apoiar e a incentivar as marchas, pressionando por mudanças na política econômica que atendessem à demanda das classes dominantes. Dessa forma, a amplificação dos casos de corrupção que envolviam o Partido dos Trabalhadores e os partidos da base aliada¹³ tornou-se tática fundamental para acuar o governo e obrigá-lo a abandonar a Nova Matriz Econômica.

Cabe destacar que as manifestações tornaram-se correntes no país após junho de 2013, episódio fundamental para a criação e estruturação de movimentos da direita radical como o Vem pra Rua, Revoltados On-Line e Movimento Brasil Livre. Em suma, ainda que essas correntes não tenham tornado-se hegemônicas em 2013, a sua grande capacidade de financiamento e de mobilização por meio das redes sociais possibilitou que a direita arregimentasse um número cada vez maior de pessoas contra a esquerda e o Partido dos Trabalhadores, fenômeno imprescindível à consecução do golpe em 2016.

No auge das agitações, o governo Dilma se viu, cada vez mais, isolado do bloco no poder no qual buscou sustentação. A burguesia industrial e produtiva que, poucos meses antes, havia pressionado o governo por mudanças na política econômica, passou a pactuar, continuamente, com o bloco rentista de oposição e sustentou as ações das classes médias nos protestos de junho de 2013¹⁴ (ilustra esse acontecimento o apoio

¹² Importante ressaltar que a repressão foi imposta pela força policial do estado de São Paulo, à época comandada pelo governo do PSDB (Bezerra Neto; Santos, 2017, p. 162).

¹³ Em 2013, iniciou-se uma forte ação midiática para a divulgação dos casos de corrupção que envolviam a Petrobras, a maior empresa do país. Nesse mesmo ano, o escândalo de desvio de dinheiro público que comprometia políticos, partidos e empreiteiras contratadas pela estatal ficaria conhecido como “Petrolão”. Escutas numa casa de câmbio situada em um posto de gasolina na capital federal, levaram à prisão do doleiro Carlos Habib Chater. Por meio dessas investigações, que monitoravam lavagem de dinheiro e crimes contra o patrimônio público, chegou-se até Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, que havia recebido um carro de luxo de Alberto Youssef – doleiro também investigado. Essa operação, batizada pela Polícia Federal de Miquéias, deu origem à Operação Lava Jato em 2014.

¹⁴ O caráter policlassista dos protestos de junho/julho de 2013 permite observar que as reivindicações alteravam-se conforme a orientação ideológica dos manifestantes. A ação das esquerdas dava-se em favor da distribuição de renda, da reforma urbana, da reforma agrária, da taxaão das grandes

dados pela Federação da Indústria do Estado de São Paulo aos manifestantes de centro e de direita, utilizando-se, para isso, do seu imponente edifício na Avenida Paulista, que, não raras vezes, foi iluminado com as cores da bandeira nacional, a qual se converteu em símbolo do golpismo e do fascismo brasileiro). Por sua vez, a direção do Conselho Nacional da Indústria (CNI) desaprovou, publicamente, as condições de investimento no país e, na contramão do programa reivindicado pelo **Brasil do diálogo, da produção e do emprego**, atacou a legislação trabalhista, defendeu o ajuste fiscal, o aumento das taxas de juros e a redução dos direitos sociais (Singer, 2015, p. 54-59; Boito, 2012b, p. 77). Contraditoriamente, a burguesia interna¹⁵, para a qual se organizara a Nova Matriz Econômica, tornou-se estranha ao “intervencionismo estatal” na economia e rompeu o pacto produtivista selado entre o setor empresarial e a base sindical, conduzindo o governo Dilma para uma encruzilhada política.

Conforme Bastos (2017), a crescente diminuição das taxas de lucro acentuou o descontentamento da burguesia interna, para a qual as medidas da Nova Matriz Econômica não haviam produzido os efeitos esperados. Diante da incapacidade de recuperação da lucratividade em contexto recessivo, essa fração da classe burguesa passou à conciliação com a grande burguesia integrada e subordinada ao capital internacional e adotou o receituário neoliberal mais usual – ou seja, o ataque aos salários, à estabilidade do emprego e aos impostos – como mecanismo de recomposição da rentabilidade. Com efeito, a pressão política deu-se na direção de reformas no interior do Estado, a fim de promover a desregulamentação e destruir a musculatura dos sindicatos e movimentos sociais. O primeiro passo foi produzir o desemprego em larga escala e enfraquecer a capacidade de mobilização dos trabalhadores, para que passassem a aceitar condições cada vez mais precárias de trabalho e de existência. Nas palavras de Bastos (2017, p. 33):

Com a austeridade, a política econômica restaura a ‘credibilidade’ dos empresários de que os trabalhadores serão colocados ‘em seu devido lugar’ com a ameaça crescente de desemprego; e que os beneficiários do gasto público reduzirão expectativas de novos benefícios em um cenário de sacrifício geral.

fortunas, da ampliação e melhoria dos serviços públicos de saúde e educação etc. Enquanto isso, a direita e o centro bradavam pela diminuição dos impostos, pelo fim da corrupção, pela diminuição dos “privilégios” dos políticos e dos funcionários públicos bem remunerados e, no limite, chegaram a defender a volta da ditadura empresarial-militar.

¹⁵ O conceito de burguesia interna foi proposto por Nicos Poulantzas (1974), e dele nos apropriamos, indiretamente, por meio dos escritos do cientista político Armando Boito (2012a, 2012b). Para Boito, a grande burguesia interna no Brasil é formada por frações do grande capital nacional que se unificam pela “[...] reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro” (Boito, 2012a, p. 7). Por temerem a sua destruição pelo capital externo, as burguesias internas solicitam a ação protetora do Estado, enquanto a burguesia associada – uma burguesia “[...] perfeitamente integrada e subordinada ao capital estrangeiro” (Boito, 2012b, p. 71) – combate o protecionismo.

A mudança de posição da burguesia produtiva, especialmente do setor industrial brasileiro, não pode ser explicada por um único fator. Talvez fosse mais razoável afirmar que inúmeras razões, a depender do momento e do setor de produção, possam ter pesado para essa decisão. Além disso, é notável que, na atual fase de desenvolvimento do sistema vigente, o capital industrial já não se distingue do capital financeiro especulativo e que parte do setor manufatureiro esteja sob o controle dos bancos (Anderson, 2020; Singer, 2013). Como assevera Bastos (2017, p. 19), também é verdadeiro que “[...] empresas não bancárias dispõem de aplicações financeiras que, em tese, podem compensar a queda de rentabilidade dos investimentos produtivos, sobretudo sempre que as vendas caíam quando os juros aumentam”.

Nesse caso, em especial, a estratégia de diversificação não foi positiva, pois as vendas e as taxas de juros caíram conjuntamente, ameaçando, simultaneamente, a lucratividade industrial e financeira e levando essa fração da burguesia a desejar a recomposição dos juros elevados para lucrar com títulos da dívida pública. Não se pode descartar, ainda, a hipótese de que existam empresas que não dependem de juros baixos e de empréstimos privados, pois possuem fundos líquidos e acesso privilegiado a subsídios públicos, sendo fortemente influenciadas pela propaganda ideológica do rentismo (Bastos, 2017; Singer, 2015).

A perda do apoio da burguesia industrial fez com que Dilma declinasse da Nova Matriz Econômica a partir de 2013 e, aos poucos, retomasse as altas taxas de juros e os cortes no orçamento público. Certamente, a intenção da presidente era minorar o ataque dos rentistas e de seus representantes ideológicos, a fim de manobrar o bloco no poder, anteriormente ajustado com Lula, e assegurar a governabilidade. Assim, o Partido dos Trabalhadores optou por reconciliar-se com a burguesia – tática que, ao fim, mostrou-se inglória –, abdicando, mais uma vez, de buscar apoio na base produtiva da classe trabalhadora e de construir uma saída alternativa e popular para a crise na qual se encontrava. Se, em curto prazo, a decisão pareceu acertada – não se deve esquecer que Dilma, em plena crise, conseguiu reeleger-se contando com significativo financiamento de setores da burguesia nacional –, as exigências do bloco no poder prejudicaram, cada dia mais, a popularidade do governo que teve de manter os subsídios aos empresários e reativar o repasse aos rentistas enquanto, concomitantemente, cortava verbas em setores de interesse coletivo. Além disso, a pretensão de governar unificando as diferentes frações da burguesia exigiu concessões à austeridade fiscal e salarial que distanciaram Dilma Rousseff de sua base social.

Foi, nesse contexto, que Dilma concorreu à reeleição no segundo semestre de 2014. Ao contrário das medidas que a sua administração vinha adotando, em razão da sua reaproximação com setores estratégicos do grande capital, a mandatária assumiu um discurso “desenvolvimentista”, acusando os seus opositores de pretenderem uma retomada da política econômica recessiva, que traria de volta o desemprego, a desvalorização salarial e a miserabilidade. Rousseff, capciosamente, teria ocultado do

eleitorado brasileiro a gravidade da crise econômica e, com efeito, obscurecido a profunda crise política em curso, prometendo a manutenção dos direitos trabalhistas e das políticas sociais focalizadas. Eleita, a presidente adotou a política macroeconômica criticada e derrotada nas eleições, colocando em prática o projeto da oposição – talvez de forma mais moderada do que esta o teria feito –, nomeando, para o Ministério da Fazenda, Joaquim Levy, economista-chefe do maior banco privado do país (Anderson, 2020; Antunes, 2015; Bastos, 2017).

Levy, paladino do capital financeiro, ocupou cargo estratégico no corpo ministerial conservador escalado por Rousseff, pois as suas atividades tinham o objetivo de frear a unificação da burguesia contra a presidente até que a crise fosse superada. É patente que, para conter as hostilidades à direita, o governo prescindiu do apoio à esquerda imaginando que os partidos, os movimentos populares e os sindicatos não teriam alternativa, senão transigir com o lulismo a fim de evitar um avanço ainda maior das forças do capital. Nesse sentido, a partir de janeiro de 2015, o Ministério da Fazenda iniciou um ajuste fiscal devastador sobre a classe trabalhadora, elevou as taxas de juros e empreendeu a retomada do superávit primário. Diretamente, o governo agiu para deteriorar a legislação trabalhista – atacando, de imediato, o seguro-desemprego – e conduziu nova etapa do projeto de privatização, transferindo ao empresariado setores estratégicos para a nação como os aeroportos, os portos e as estradas (Antunes, 2015, p. 16).

A partir de então, o governo pactuou progressivamente com o grande capital, agindo abertamente em benefício dos empresários sem que, com isso, conseguisse controlar a crise econômica e institucional em curso. A situação, que já era trágica, agravou-se mais com a operação Lava-Jato e com a intensa cobertura midiática que transformou os vazamentos ilegais do juiz Sérgio Moro em episódios novelescos.

Com efeito, a imagem do governo deteriorou-se rápida e intensamente. A presidente, incapaz de voltar atrás na política recessiva, atingiu o pior índice de popularidade da Nova República sem lograr o tão esperado apoio da classe dominante, que, a partir de 2016, aderiu, perfidamente, à campanha pelo impeachment. Ocorre que as próprias medidas recessivas do governo acabaram por agravar a crise econômica e política, revelando-se, como assevera Bastos (2017, p. 48), um “austericídio” por não atenderem às expectativas do mercado e por afastarem Dilma da base popular.

A análise social-desenvolvimentista de Bastos está ancorada na hipótese de que a austeridade teve um efeito contraproducente para o empresariado e para o governo, haja vista que cortes no investimento público ou nos gastos discricionários em saúde e educação, por exemplo, reforçaram a queda das receitas privadas, levando-as a novos cortes, que, por sua vez, impactaram a arrecadação tributária. Efetivamente, ainda que, de início, o ajuste possa ter satisfeito demandas empresariais, a queda do gasto público reduziu os lucros privados e não amealhou recursos para o Estado em

função da consequente retração da arrecadação (Bastos, 2017, p. 47-49). Segundo o autor, a política econômica recessiva também aumentou o custo político para o governo, pois os mecanismos tradicionais de governabilidade – a saber, distribuição de verbas, obras e cargos públicos – foram profundamente prejudicados (Bastos, 2017, p. 5).

Em meio às agitações e às pressões cada vez mais intensas dos setores políticos e econômicos nos quais buscou sustentação, Dilma Rousseff acelerou a inflexão governista e passou a defender as reformas demandadas pela burguesia. A partir do início de 2016, os ministros – sobretudo, Jacques Wagner (Casa Civil) e Nelson Barbosa (Fazenda) – foram encarregados de comunicar a capitulação do Partido dos Trabalhadores, propagandeando a necessidade de se reformar o sistema previdenciário brasileiro e a legislação trabalhista (Antunes, 2015; Bastos, 2017). Talvez, naquelas circunstâncias, a concessão que tenha chamado mais a atenção dos movimentos populares organizados, em função das restrições orçamentárias que implicaria a setores estratégicos do investimento público, tenha sido o acordo para a mudança no regime de exploração do pré-sal, uma exigência patente do capital internacional (Bastos, 2017, p. 51).

A essa altura, a Operação Lava-Jato – iniciada em março de 2014 com o intuito de investigar crimes de corrupção e lavagem de dinheiro a partir de irregularidades em empresas estatais – entrou em uma nova fase, dando substância para as ações da mídia e da classe média contra o governo Dilma. Combinando indução e intimidação, membros do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário conduziram um processo de delações premiadas e prisões preventivas sem acusações formais a fim de chegarem aos “verdadeiros” culpados.

Desse contexto, sucedeu a cruzada contra a corrupção, a qual, no Brasil, sempre serviu de pretexto para as forças reacionárias frearem o avanço de governos, minimamente, comprometidos com as causas sociais. Tal cruzada caracterizou-se pela forte seletividade. Embora, desde o início, tenha-se notado o envolvimento de sete partidos, abrindo-se investigação direta contra mais de cinquenta senadores, deputados e governadores, foi a exposição do PT que teve maior relevância política (Anderson, 2020). Conforme o historiador britânico Perry Anderson (2020, p. 104) “[...] o PT era alvo contínuo [dos vazamentos] e as informações mais relevantes eram dadas justamente aos veículos que mais achincalhavam o partido”.

A crise consolidada e o golpe de 2016

As ações da mídia incitaram os manifestantes, que, liderados por jovens entusiastas da “nova” direita – mais violentos e audaciosos do que o noviciado do PDSB –, protagonizaram os crescentes protestos contra Dilma e o Partido dos Trabalhadores. Sob a bandeira da liberdade individual e do livre mercado, os “novos”

liberais não tardaram a pressionar pela saída da presidente, encontrando acolhida no Congresso e no Senado. Os próprios membros do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal, com destaque para o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, agiam de modo a incentivar as ações da oposição, não se furtando a encontros públicos com políticos do PSDB e lobistas pró-impeachment. Inusitadamente, os jornais estampavam a união de Moro, Dallagnol, militantes da “nova” direita (Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua, Revoltados On-line) e caciques do PSDB com o ardiloso presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), como a composição de uma heroica vanguarda da honestidade, do mérito e da liberdade.

Estava claro, já em 2015, que a saída de Dilma, pela via institucional, deveria ser articulada por Cunha, político “[...] excepcionalmente hábil e impiedoso, um mestre na magia negra da manipulação parlamentar” (Anderson, 2020, p. 107). Adulado pelo PSDB, Cunha obstaculizava o governo em represália à presidente, haja vista que esta havia se oposto à sua eleição para a presidência da Câmara em fevereiro de 2015¹⁶. Sob o pretexto de Dilma ter transferido fundos dos bancos estatais para as contas federais, ocultando, propositalmente, a situação econômica do país no contexto das eleições de 2014, a abertura de um processo de impeachment era iminente, pois a rendição completa do governo, ao sinalizar, positivamente, para as reformas neoliberais, parecia não satisfazer o empresariado.

Faz-se importante destacar que todo o processo que terminou por afastar, definitivamente, a presidente, em 31 de agosto de 2016, constituiu-se em golpe travestido de processo legal de impedimento, pois as tais “irregularidades contábeis”, amplamente conhecidas na administração pública como “pedaladas fiscais”, nunca foram crime de responsabilidade; tratava-se tão somente de transferência de recursos públicos para cobertura do orçamento, prática costumeira em todos os governos anteriores, corrente, inclusive, nas administrações estaduais¹⁷.

Não se pode descartar – já que efetivamente, corroborou para a união da parcela majoritária do Congresso e do Senado contra o Executivo Federal – que as investigações, utilizadas para golpear o governo, atemorizaram os empresários e os seus representantes parlamentares¹⁸. Esse coletivo sentiu-se ameaçado pela Operação

¹⁶ Eduardo Cunha, ao ocupar a cadeira da presidência da Câmara dos Deputados, tornou-se uma das personalidades mais influentes e poderosas da República. A Constituição Federal assegura ao presidente da Câmara a prerrogativa de colocar ou não os projetos para votação no Congresso; entre eles, a abertura de um processo de impedimento do Executivo Federal. Ademais, Cunha era o segundo na linha de sucessão presidencial, ficando atrás apenas do vice-presidente, Michel Temer.

¹⁷ É escandaloso que, apenas dois dias após a consubstanciação do impeachment, o governo de Michel Temer tenha sancionado a Lei nº 13.332/16, que, efetivamente, flexibilizou as regras para a abertura de créditos suplementares sem a autorização do Congresso, isto é, tornou oficial a prática costumeira das “pedaladas fiscais” (Brasil, 2016a).

¹⁸ Desnecessário dizer que a maior parcela dos políticos integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal é composta por representantes diretos da classe dominante, isto é, dos detentores do

Lava Jato, que, ao iniciar uma caça às bruxas, poderia fugir do controle e melindrar a alta burguesia. Afinal, em pouco mais de um ano de atividade, a Operação Lava Jato apontou irregularidades em, pelo menos, nove construtoras brasileiras, levando à prisão renomados diretores e executivos, operadores financeiros importantes para o grande capital (Anderson, 2020, p. 103). A despeito da seletividade das investigações e de sua essencialidade para criminalizar as lideranças vinculadas ao Partido dos Trabalhadores, uma operação de tamanha projeção obrigava a classe dominante a percorrer um caminho excessivamente perigoso, dada a manutenção de suas relações de privilégio em todas as esferas do Estado brasileiro.

O avanço da Operação Lava Jato sinalizava a urgência do afastamento de Dilma, que, ao contrário do que seus pares imaginavam, não agiu para frear as investigações e sequer interferiu nos trabalhos do Ministério Público e da Polícia Federal – verdade seja dita, os governos do Partido dos Trabalhadores defenderam a autonomia das instituições dirigidas pela burguesia de forma nunca antes vista na história do país.

A crise se agravou em outubro de 2015, quando vieram à tona cinco contas secretas de Eduardo Cunha – quatro na Suíça e uma nos Estados Unidos –, algumas em nome de empresas-fantasmas mantidas na Nova Zelândia e em Cingapura. Juntas, as contas totalizavam quantia superior a 16 milhões de dólares não tributados (Anderson, 2020, p. 108). Rapidamente, as provas de que Cunha recebia propinas advindas da Petrobras acumulavam-se, desmoralizando-o, progressivamente. A essa altura, um processo contra Dilma, conduzido por ele, parecia improvável, considerando-se que o deputado já não dispunha de legitimidade para ocupar o cargo, menos ainda a presidência da Câmara. Contrariando qualquer razoabilidade, Eduardo Cunha, que havia proposto ao governo o travamento do processo de impeachment em troca da proteção de seu mandato, anunciou, em 02 de dezembro de 2015, que aceitaria o requerimento de impedimento encaminhado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior (Passarinho, 2015).

Desde a segunda metade de 2015, parcela da classe dominante brasileira, que se opunha a Dilma, passou a enxergar na composição da base governista uma saída à sua maneira para a crise do capital. O PMDB, partido que, até então, dizia-se aliado, sinalizou disposição para implementar as reformas do Estado requeridas pelo capitalismo, comprometendo-se com um projeto ainda mais devastador do que o que vinha sendo conduzido pelo Partido dos Trabalhadores. Em linhas gerais, dada a profundidade da crise em curso, o partido presidido por Temer colocou-se como salvador da burguesia, propondo uma rápida e intensa agenda de cortes fiscais seletivos, a qual mantinha a estrutura tributária regressiva e distribuía o ônus dos ajustes à população mais pobre. O mesmo projeto, publicado, em 29 de outubro de

capital financeiro, industrial e agrícola. Stédile (2015), ao mencionar o financiamento privado das campanhas, lembra-nos que, na ocasião, as dez maiores empresas do país foram responsáveis pelo financiamento de não menos do que 70% dos parlamentares.

2015, sob o título de *Uma Ponte Para o Futuro* (Fundação Ulysses Guimarães; PMDB, 2011), postulou a celeridade das privatizações e a supressão dos direitos sociais, descartando, definitivamente, a CLT e os capítulos da Constituição Federal que lhe rendiam o cognome “Cidadã” (Bastos, 2017, p. 53).

Com o projeto *Uma Ponte Para o Futuro*, a solução neoliberal para a crise econômica estava posta. Restava, contudo, executar as ações que garantiriam um desfecho favorável à classe dirigente na superação da crise política. Assim, em 07 de dezembro, apenas cinco dias após Eduardo Cunha acolher o processo de impeachment, o vice-presidente da República, Michel Temer, enviou uma carta à presidente Dilma – carta essa que se tornou pública, instantaneamente – acusando-a de desconfiança, de que ela teria feito dele um “vice decorativo”, retirando-lhe “todo protagonismo político” (Sadi, 2015). Claramente, tratava-se de um rompimento, um informe às classes dominantes de que ele e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro conjuravam contra o governo. Em abril de 2016, no auge da crise, o PMDB deixou o governo de uma vez por todas.

Nessas circunstâncias já não importavam mais as infundadas causas do processo de impedimento contra Dilma. O governo estava condenado. Nas ruas, a maioria das pessoas que pediam a deposição da presidente sequer sabia o motivo pelo qual ela poderia ser afastada. A cobertura da Operação Lava Jato construiu uma opinião pública segundo a qual o PT e, conseqüentemente, Dilma deveriam ser destituídos pela corrupção, por mais genérico que isso possa parecer. Restou aos representantes políticos do capital agilizar o impeachment, e assim o fizeram, conduzindo-o, com disparate sem precedentes, para salvarem a própria pele.

Comprova o argumento, aqui apresentado, o fato de que, em março de 2016, dias antes do PMDB abandonar o governo, uma busca e apreensão na casa de um dos executivos da Odebrecht, maior empreiteira da América Latina, encontrou uma lista com o nome de 316 políticos, destacando valores em dinheiro ao lado de cada um deles. A possível prova de pagamento de propina foi, rapidamente, ocultada pelo juiz Sérgio Moro, que, ao contrário do que, habitualmente, fazia com as informações relativas às lideranças do Partido dos Trabalhadores, ordenou a manutenção do sigilo para evitar especulações (Anderson, 2020, p. 115). Evidentemente, a lista continha o nome de muitos dos algozes de Dilma, e a sua publicação deslegitimaria, ainda mais, a farsa em andamento. Nesse sentido, é elucidativa a gravação das conversas entre Romero Jucá, então senador pelo PMDB, e Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, também em março de 2016: “Jucá – ‘tem que mudar o governo para estancar essa sangria’ / Machado – ‘rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel’ [...] ‘É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.’ / Jucá – ‘Com o supremo, com tudo’” (Ouça [...] 2016).

Em 17 de abril de 2016, Dilma foi afastada por uma Câmara dos Deputados na qual mais da metade de seus representantes enfrentava alguma forma de investigação

criminal (Anderson, 2020, p. 117). Em 31 de agosto daquele ano, foi a vez de o Senado aprovar o seu impedimento, mantendo, contudo, a sua elegibilidade. Nas palavras do senador Renan Calheiros (PMDB), “era desproporcional afastar e punir” Rousseff¹⁹, pois “não podemos [os senadores da oposição] ser tão mau e desumano [*sic*]” (Renan [...], 2016). O mandato foi concluído por Michel Temer, encarregado pela classe dominante de reordenar a hegemonia burguesa por meio da condução de reformas que, “cortando na carne” (Richard, 2016) do trabalhador brasileiro, permitissem a superação da crise pelo capital.

Considerações finais

O lulismo, embora tenha confluído com a ideologia burguesa nos momentos de instabilidade, a fim de enfraquecer os eventuais movimentos de ruptura e buscar convencer o proletariado da transitoriedade da conjuntura recessiva, não foi capaz de atender, em tempo, às exigências dos estratos dominantes, o que acarretou o seu fatídico ocaso.

Evidentemente, o obscurantismo instaurado no decurso da crise contou com a participação contraditória do Partido dos Trabalhadores, que, em alguns momentos, atuou na defesa dos direitos sociais e, em outros, em benefício do segmento empresarial. Não discutir as responsabilidades do lulismo poderia concorrer para o entendimento mistificador de que ele executava uma governança comprometida com os interesses concretos da classe trabalhadora – ou seja, tendo-se como referência a liberdade materialista, tivesse empenhado-se para pôr fim às relações produtivas características do capitalismo dependente brasileiro –, quando da efetivação do golpe jurídico-parlamentar de 2016, o que não parece procedente. Ademais, o golpe não foi perpetrado, exclusivamente, contra o Partido dos Trabalhadores e a presidente Dilma Rousseff; abateu-se, também, sobre a soberania do povo brasileiro, o Estado Democrático de Direito e a ordem republicana. Reconhecer o ataque à legitimidade do Partido dos Trabalhadores e ao progresso representado pelas políticas sociais compensatórias inauguradas por ele não equivale à sua idealização como ator político, menos ainda à idealização de suas lideranças como heróis sobre-humanos.

O golpe de 2016 permitiu o avanço de uma política econômica profundamente agressiva aos trabalhadores. O governo de Michel Temer representou a saída do social-liberalismo, conduzido pelo Partido dos Trabalhadores, e o compromisso com um projeto ultraliberal que intensificou as reformas do Estado. Nesse contexto, aprovou-se um conjunto de medidas contra a população, como a reforma trabalhista (Brasil, 2017), a reforma previdenciária (Brasil, 2019) e a reforma tributária (Brasil, 2016b). Promoveu-se, ainda, mudanças na educação, como as que deram sustentação ao Novo

¹⁹ Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/36995/renan-diz-que-seria-desproporcional-retirar-direitos-politicos-de-dilma>. Acesso em: 06 abr. 2026.

Ensino Médio e à Base Nacional Comum Curricular, ambos decorrentes dos projetos empresariais no setor. Ademais, a retirada dos mais pobres do orçamento público levou ao dismantelamento dos programas sociais e assistenciais, fazendo com que o país retornasse ao Mapa da Fome em 2022 (Berlinck; Oliveira, 2023).

Também é preciso destacar que, no contexto do governo Dilma e no período subsequente à sua deposição, a crise do capitalismo e as suas expressões na realidade brasileira levaram ao fortalecimento da extrema-direita e de suas lideranças fascizantes. A rigor, a união de neoliberais e neoconservadores conferiu materialidade ao fenômeno político chamado bolsonarismo, fenômeno esse que reflete a prática política mais desumana que se produziu no país desde a ditadura empresarial-militar. A ascensão dos ícones da assim chamada “nova direita” e do bolsonarismo atentou, severamente, contra a vida dos mais pobres, produzindo mais de 700 mil mortos durante a pandemia do coronavírus e ampliando, consideravelmente, os índices de desemprego e desalento.

Por fim, ainda que para além dos limites temporais estabelecidos por este estudo, importa ressaltar que o Partido dos Trabalhadores e as suas lideranças cumpriram função essencial para a recomposição da democracia brasileira no contexto que se seguiu ao golpe de 2016. É preciso reconhecer que o avanço da extrema direita e o fortalecimento de personalidades fascizantes representaram, até aqui, o momento mais profundo da crise nacional. A serviço do capitalismo, o fascismo, como alternativa de segurança para o liberalismo em crise, tornou-se iminente no país e em todo o planeta. A derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2022, não seria possível sem a ação coordenada do Partido dos Trabalhadores com os movimentos sociais. A partir disso, o Partido dos Trabalhadores, corrente social-liberal preocupada com o bem-estar da população, tem negociado, com os donos do capital, melhorias para a vida do povo e se dedicado a reordenar as instituições do Estado brasileiro

Notas sobre a autoria

Robson Machado é Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2023), na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação. É professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), campus Três Corações, onde exerce atualmente a função de Coordenador Geral de Pesquisa. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/UNICAMP) e membro associado da Sociedade Brasileira de História da Educação. Seus interesses acadêmicos concentram-se, principalmente, nos seguintes temas: História da Educação, Filosofia da Educação, Ideologia e Educação, História das Políticas Educacionais no Brasil, Marxismo e Educação, Pedagogia Histórico-Crítica e Trabalho Educativo.

Referências

- ANDERSON, P. *Brasil à parte*. 1964-2019. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. Fenomenologia da crise brasileira. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 19, p. 9-25, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26672/pdf>. Acesso em: 27 out. 2024.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, n. esp., p. 41-47, jul. 2014.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-63, maio/ago. 2017.
- BERLINCK, F.; OLIVEIRA, M. Como o Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014, mas voltou a ter índices elevados de miséria. *Portal G1*, Saúde, Brasília, DF, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/11/27/como-o-brasil-saiu-do-mapa-da-fome-em-2014-mas-voltou-a-ter-indices-elevados-de-miseria.ghtml>. Acesso em: 1 jun. 2024.
- BEZERRA NETO, L.; SANTOS, F. L. Agosto de 2016: a verdadeira face do golpe de Estado no Brasil. In: LUCENA, C; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. A crise da democracia brasileira. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. v. 1. p. 157-176.
- BOITO, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 9., 2012, São Paulo. *Anais [...]*, São Paulo: FGV, 2012a. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- BOITO, A. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, A.; GALVÃO, A. (org.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012b.
- BRASIL. *Emenda Constitucional n° 103, de 12 de novembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/31727296>. Acesso em: 18 de mar. 2025.
- BRASIL. *Emenda Constitucional n° 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: Senado Federal, 2016b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15->

[dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html](#). Acesso em: 04 de jan. 2025.

BRASIL. *Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, e Leis n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm.

Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. *Lei n. 13.332, de 1 de setembro de 2016*. Altera a Lei n. 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. Brasília, DF: Presidência da República, 2016a. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13332.htm.

Acesso em: 23 maio 2025.

CARCANHOLO, M. Brasil: ruptura ou continuidade? *Revista Izquierda*, Bogotá, v. 5, p. 56-61, out. 2010. Disponível em:

http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/izqrd/n0005/izq0005_a10.pdf.

Acesso em: 14 out. 2024.

CINTRA, L. A. A hora de reativar a economia. *Carta Capital*, São Paulo, p. 38-40, 23 nov. 2011.

COBUCCI, L. Governo classifica corte de R\$ 55 bi de “ousado”. *Portal Terra [online]*, Economia, 15 fev. 2012. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/economia/governo-classifica-corte-de-r-55-bi-de-ousado,01688533a7811410VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

COIMBRA, M. Quatro razões para a vitória de Lula. *Cadernos Fórum Nacional*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-14, fev. 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Considerações sobre o Plano Brasil Maior. *Nota Técnica [online]*, n. 102, ago. 2011. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec102PlanoBrasilMaior.pdf>.

Acesso em: 25 maio 2025.

FIESP; CUT; FORÇA SINDICAL. *Brasil do diálogo, da produção e do emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego*. São Paulo: Força Sindical [online], 2011. Disponível em:

<https://fsindical.org.br/midias/arquivo/0670ac3f7dda6ddd53187cd89e7d46ae1%5D.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB. *Uma ponte para o futuro*. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães: PMDB, 29 out. 2015. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

MACIEL, D. De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. *Marxismo 21*, Dossiê, Questões conjunturais, 10 anos de governos do PT, 2013, p. 1-13. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/D-Maciel-2.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. As bases municipais da votação de Lula em 2006. *Cadernos Fórum Nacional*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 15-27, fev. 2007.

OUÇA trechos do diálogo entre Romero Jucá e Sérgio Machado. *Portal G1 [online]*, Brasília, DF, 23 maio 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>. Acesso em: 25 maio 2025.

PASSARINHO, N. Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma. *Portal G1 [online]*, Política, Brasília, DF, 2 dez. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 25 maio 2025.

RENAN Calheiros se posiciona contra a inabilitação de Dilma. [S. l.]: TV Senado, 31 ago. 2016. 1 vídeo (7 min 41 s). Publicado pelo canal TV Senado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KU29U0w62I8>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RICHARD, I. Temer diz que está “cortando na carne” e levará país a superar a crise. *Agência Brasil*, Política, Brasília, DF, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/temer-diz-que-esta-cortando-na-carne-e-levara-pais-superar-crise>. Acesso em: 22 maio 2025.

SADI, A. Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. *Portal G1 [online]*, Política, Brasília, DF, 7 dez. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>. Acesso em: 22 maio 2025.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A (org.). *Jornadas de junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. 2014.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, G. *Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopía*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/PLINIO-A->

[S-JR-Globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-Revers%C3%A3o-Neocolonial-O-Impasse-Brasileiro.pdf](#). Acesso em: 25 de maio 2025.

SINGER, A. Collor na periferia: a volta por cima do populismo? In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor, o balanço da tradição*. São Paulo: Sumaré, 1990. p. 135-152.

SINGER, A. *A esquerda e a direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos CEBRAP* [online], n. 85, p. 83-102, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300004>. Acesso em: 2 set. 2024.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 97, p. 23-40, 2013.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos estudos CEBRAP* [online], n. 102, p. 39-67, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201500020004>. Acesso em: 7 nov. 2024.

STÉDILE, J. P. Faz 20 anos que a esquerda só pensa em eleição. Marco Weissheimer. *Sul 21* [online], 24 ago. 2015. Disponível em: https://sul21.com.br/entrevistasz_areazero/2015/08/faz-20-anos-que-a-esquerda-so-pensa-em-eleicao/. Acesso em: 8 nov. 2024.